INCLUSÃO ESCOLAR: HISTÓRIA E DESAFIOS

SUZANA KELLY ALMEIDA DO NASCIMENTO

RESUMO

Este trabalho é resultado de pesquisas sobre as dificuldades de inclusão de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar, no decorrer da história. Seu objetivo principal é demonstrar que a inclusão de pessoas com necessidades especiais, seja está intelectual, ou física em nossas escolas, estão bem distantes do ideal, mesmo com o passar dos anos e com todo avanço tecnológico, a inclusão de pessoas com algum tipo de necessidade na educação é um grande desafio a ser alcançado. Trata – se de uma pesquisa bibliográfica cujos procedimentos metodológicos envolveram seleção da literatura básica e fichamento das obras selecionadas para realização desta pesquisa. A escolha do tema partiu das inquietações sobre as dificuldades encontradas para este ingresso e, sobretudo o preconceito que muitos alunos portadores de necessidades especiais sofrem ao ingressar na escola.

Palavras-chave: necessidades especiais; preconceito; inclusão.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema central discutir a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, seja ela física ou intelectual e os preconceitos sofridos por estes em sua vida escolar.

Ao longo de duas décadas a inclusão escolar tem sido tema de muitos debates com cunho político em torno de falar sobre interação de pares, a formação de profissionais especializados, porém existem persistentes embates teóricos e a ausência de um consenso na forma eficaz de tornar a inclusão mais significativa e eficaz, dificultam essa inserção.

Este artigo tem como objetivo geral rever ao decorrer da história a evolução do processo da inclusão, junto aos setores da sociedade, como tem sido realizada e quais as políticas públicas que foram criadas a fim de repensar e propor questões que ajudem a trabalhar a verdadeira inclusão, os investimentos realizados para formar profissionais qualificados e especializados, entre outros.

Este tema se justifica como uma forma de oportunizar uma discussão e reflexão, que poderá promover um aprofundamento teórico a respeito da importância da educação inclusiva no Brasil.

Partindo do princípio de que no processo educativo, o professor deve direcioná-lo de forma planejada, sistematizada, tornando o saber docente uma alavanca.

Esta pesquisa foi de caráter bibliográfico, pois segundo Gill (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos.

1 – EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Segundo o dicionário Aurélio educação é “Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, objetivando à sua melhor integração individual e social.

Portanto educação é o ato de educar, instruir, disciplinar, compartilhar, encaminhar, no sentindo mais ampla educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de geração a geração.

Nessa linha de pensamento pode se definir ainda educação como a ferramenta básica para a inserção de qualquer pessoa em seu meio social, pois ela transmite cultura, constrói o cidadão, amplia conhecimentos visando à construção de um mundo melhor para todos, sendo assim o acesso há educação deveria ser algo natural e fácil, porém os caminhos que levam a formação de um ser humano não são tão fáceis, no decorrer deste artigo será mostrado como esse processo se define.

O desenvolvimento histórico da educação inclusiva no Brasil, data desde o século XIX, quando os serviços dedicados a esse segmento da população, eram norteados por experiências norte-americanas e europeias e foram trazidas por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e programar ações isoladas para atender pessoas com qualquer tipo de deficiência.

A educação inclusiva no Brasil possui três grandes períodos:

- De 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado;
- De 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional;
- De 1993 até o presente ano – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

O Brasil adotou a educação inclusiva proferida na declaração de Salamanca (Salamanca 2004). Sendo assim ela foi é norteadora no Brasil para sua política educacional.

Neste novo milênio o educador necessita criar um ambiente escolar que seja adequado aos inúmeros alunos que ingressam no sistema escolar, com o passar dos anos observou-se a necessidade de um planejamento mais estruturado para atender essa demanda.

No Brasil até o século XVIII o atendimento de pessoas com deficiências, com pode-se constatar que as noções que se tinham a respeito de deficiências eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo, não havia base cientifica para sustentar as noções sobre deficiências, eram encaradas como diferenças individuais e por essa razão não eram compreendidas nem estudadas (Mazzota (2005, p.16.). Sendo assim os portadores de necessidades especiais viviam sem poder exercer plenamente seus direitos como cidadãos.

Uma das razões para que esse tipo de atitude ocorra, é o fato de que a religião com toda sua força cultural afirma que somos todos "imagem e semelhança de Deus", ser perfeito, e entende-se que essa perfeição para a condição humana quer dizer, não existir nenhum tipo de deficiência, pois se acreditava que se não fosse parecido com Deus ou fosse um portador de deficiência teria que viver à margem da condição humana.

Somente em 1972, foi criado o Ministério de Educação e Cultura (MEC), onde sua área de competência é a política nacional de educação; a educação infantil; a educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; a avaliação, a informação e a pesquisa educacionais; a pesquisa e a extensão universitárias; o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes, neste ministério foi criado o Grupo Tarefa de Educação Especial, onde vários profissionais atuaram na primeira proposta brasileira para uma educação especial, com isto foi criado CENESP- Centro Nacional de Educação Especial que atualmente tem outra nomenclatura (SEESP) - Secretaria de Educação Especial.

As políticas públicas brasileiras de educação especial por muitos anos se mantiveram sob o mesmo comando, ou seja, foram gerenciadas por um grupo que se dedicou inteiramente a esse assunto, esse grupo era formado por políticos, pais, educadores, personalidades que se identificaram e se solidarizaram com a educação de pessoas com portadoras de necessidades especiais.

No século XX, a educação especial passou por profundas transformações e alguns movimentos sociais reivindicaram a igualdade entre todos os cidadãos, e o fim de qualquer discriminação.

Aos poucos foram incorporadas ao sistema educacional regular fórmulas que facilitassem o ingresso de alunos com alguma necessidade especial e ao mesmo tempo, no campo educativo foram propostas profundas reflexões, fazendo com que alunos portadores de necessidades especiais fossem vistos a partir de um enfoque mais inclusivo, sendo que esta inclusão é de responsabilidade das instituições escolares e estas devem se preocupar em promover uma educação de qualidade e inclusiva.

Até a primeira metade do século XX, no Brasil era entendido que qualquer tipo de deficiência estava ligado somente ao lado biológico e orgânico, essa deficiência era produzida no início do desenvolvimento e cuja modificação posterior era extremante difícil.

Um consenso social pessimista girava em torno de que a situação de um portador de necessidades especiais era imutável, levando a omissão da sociedade em relação a organização de serviços para atender as necessidades individuais dessa população. Assim somente em um determinado momento histórico, quando a sociedade apresentou condições materiais favoráveis, que pessoas com necessidades especiais ou não, despontaram como líderes da sociedade que viviam, organizaram-se propondo uma compreensão melhor para seus pares também com necessidades especiais.

Segundo (Mazzota, 2005, p.27), essas pessoas como representantes dos interesses e necessidades das pessoas com necessidades especiais abriram espaço nas mais variadas áreas para a construção de conhecimentos e de alternativas para uma melhor condição de vida de tais pessoas.

Partindo desse pressuposto, pessoas com algum tipo de necessidades especiais em posições de liderança, intercedendo por seus pares, surgiram as primeiras escolas de educação especial que na visão de muitos profissionais é o tipo ideal de instituição para esses alunos portadores de necessidades especiais, contudo essas escolas além de trabalharem um ensino diferente das escolas regulares, possuem professores especializados, mas que em contrapartida cobram-se valores exorbitantes em relação a escola regular.

A APAE (Associação de Pais Amigos dos Excepcionais de São Paulo) que possuem mais de mil unidades em todo Brasil, foi fundada por pais de portadores de necessidades especiais, com o intuito de reivindicar um ensino de qualidade para seus filhos, e até hoje tem feito a diferença na vida de muitas famílias.

Com um pensamento diferente de outros países, os pais brasileiros em sua maioria, defendem a educação de seus filhos em escolas especiais, pois muitos desses pais não tem segurança na inclusão escolar de

seus filhos em escolas de ensino regular, apesar de nossa Constituição Federal, assegurar esse direito, exercer esse direito ainda é deficiente, gerando muita insegurança aos familiares e alunos que fazem uso da rede de ensino regular pública.

O resultado de duas Guerras Mundiais que aconteceram no século XX, ocasionou o aumento do número de pessoas algum tipo de necessidades especiais, colocando o tema de inclusão no centro das preocupações coletivas e exigindo um papel mais atuante dos Estados, e é nesse momento que as medidas relacionadas à proteção e inclusão das pessoas com deficiências passam a ser pensadas como políticas públicas.

Somente na década de 80 e início da década de 90 é que as pessoas portadoras de necessidades especiais se organizaram, participando de Comissões, Fóruns e movimentos que visavam assegurar os direitos adquiridos, destacando o direito ao convívio com a sociedade em geral.

Segundo Mazzota (2005, p.15):

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiências é uma atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (Mazzota, 2005, p.15).

Os primeiros movimentos pelo atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais surgiram primeiramente na Europa, posteriormente, chegando posteriormente ao Brasil.

Fazendo um breve relato sobre a história da inclusão de pessoas com necessidades especiais, pode-se dizer que passaram do descaso total onde representavam um problema de ordem ética ou moral, para um novo período que embora fossem consideradas doentes ou defeituosas passaram a ser enxergadas pela sociedade.

2. AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No artigo 205 da Constituição Federal 88, estabelece que: " A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

No entanto são inúmeras dificuldades encontradas no ambiente escolar para portadores de necessidades especiais, que vão desde as péssimas condições físicas das instituições, falta de preparo dos educadores somado ao grande preconceito que carregamos em nossa história como nação, como foi citado no capítulo anterior.

Aprofundando um pouco mais sobre o tema proposto, podemos verificar que são poucos docentes que realmente possuem preparo profissional e emocional para lidar com esse tipo de demanda, alguns fatores contribuem para essa falta de investimento, um exemplo são os baixos salários na área da educação, muitos profissionais necessitam lecionar em diversas instituições de ensino para completar seu orçamento. Outro agravante é que muitos profissionais que estão hoje em sala de aula se formaram em uma época em que não havia tratamento especifico, para as pessoas com necessidades especiais.

As barreiras precisam ser quebradas em relação à inclusão escolar, pois se anteriormente pensava-se que um portador de necessidades especiais não era capaz de aprender, hoje já é comprovado que ele é capaz de aprender e se desenvolver a partir de estímulos, atendimento adequado e especializado.

Cabe ressaltar que muitos destes alunos acabam desenvolvendo outras habilidades para compensar as inexistentes e desta forma superam e vencem desafios diários se desenvolvendo tanto pessoalmente como socialmente.

Na sociedade brasileira as marcas de desigualdade e preconceito, são muito latentes até o presente momento, com isso são necessárias e de extrema importância políticas públicas de inserção de pessoas com necessidades especiais na sociedade, pois possibilitam que essas pessoas possam conviver e ter acesso aos bens e serviços que todos cidadãos têm direito.

Para que aconteça uma educação inclusiva é necessário romper com os preconceitos criados pela própria sociedade, é de extrema urgência investimento na formação de profissionais especializados, para atuarem nas instituições de ensino.

A conscientização é a arma mais poderosa para mudar pensamentos, atitudes e costumes, na relação de como vemos o outro seja ele diferente ou não, o respeito parte de pressuposto que todos temos direitos e deveres iguais, e por isso devemos respeitar e ser respeitado, o ambiente escolar é um mundo gigantesco carregado de historicidade, por isso necessita passar por grandes reformas na maneira que se enxerga o outro, há um longo caminho a ser percorrido para que as novas gerações convivam com as diferenças, respeitando sempre.

As instituições de ensino necessitam

ter uma equipe de profissionais, como pedagogos, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos para garantir o processo de ensino-aprendizagem e inclusão com qualidade.

A escola brasileira tem percorrido um caminho até o momento para a acolhida de todos os alunos sem distinção que tem chocado com o caráter inteiramente excludente e conservador do nosso ensino em todos os níveis: básico e superior, de acordo com Silva (2000).

É importante dizer que ao tentar incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular tem encontrado muitas dificuldades, pois ainda temos muito da cultura assistencialista/terapêutica na Educação Especial, vale ressaltar que por estarem preparados para receber um aluno idealizado e ensinando a partir de um projeto elitista e meritocrático, nossas escolas produzem situações de exclusão injustamente, prejudicado a aprendizagem de muitos estudantes.

A falta de legislação para fundamentar planos e propostas educacionais, tem tornado esse problema da exclusão ainda maior, somados a falta de controle dos pais e das autoridades de ensino tornam essa questão ainda mais difícil.

Com muito esforço e perseverança os caminhos educacionais estão sendo abertos, ainda que diante de resistência de muitos. Como afirma Pierucci (1999), estamos no tempo das diferenças, onde a globalização tem sido mais do que uniformizada, pluralizante, temos o direito de sermos diferentes, se já reconhecemos isso, a novidade reside em queremos ter também direitos diferentes.

Segundo Freire (1996, p.64), "a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca". Esse movimento citado por Freire pode-se ser entendido como o que Marie-Michele Pineau (1983 apud PINEAU, 1988, p.65), chama de autoformação, ou seja, como a definição que é "a apropriação por cada um do seu próprio poder de formação". Entende-se como autoformação o princípio de favorecer a automatização do sujeito, fazendo que o professor assuma a necessidade de aprender e apropriar-se do processo de formação.

Concluindo aprender sempre será um desafio, seja ele na educação especial ou na regular, os novos conteúdos necessitam fazer algum sentido para quem está aprendendo, porque o ato de aprender deve ser prazeroso para que todo processo de aprendizagem faça sentido e tenha sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a tudo que foi exposto e analisado neste artigo, pode-se concluir que será necessária uma grande transformação em nossa sociedade, na questão de se despir de todo preconceito e entender que o diferente também faz parte do todo, afinal somos todos diferentes.

Precisamos de políticas públicas que reforcem os direitos na educação dos portadores de necessidades especiais, sejam essas instituições de ensino regulares ou especiais.

Acredita-se que a inclusão escolar passe por questões técnicas, legais e didático pedagógicas, entretanto todas as partes educacionais, é necessário que o professor seja muito bem-preparado, que ame realmente o que faz, e que valorize a diversidade humana, para que o processo de aprendizagem seja satisfatório.

Ao longo da história muitas alterações já foram feitas nas políticas públicas de inclusão de portadores de deficiências, lembrando que a inclusão é um processo gradativo e lento, no entanto o ponto determinante para que esse processo aconteça é uma mudança total de postura, perante a heterogeneidade humana, colocando a diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social.

Em uma instituição onde as diferenças são respeitadas e a valorização do potencial humano está acima de qualquer diferença e/ou deficiência está em primazia, a taxa de sucesso em educar e criar um cidadão respeitável é altíssima.

No processo de inclusão, o mais importante é não se preocupar com a diversidade, pelo contrário, é nela achar uma oportunidade de enriquecimento individual, social e de ensino-aprendizagem.

Incluir implica em uma transformação no espaço escolar e fora dele, quebrando diversos paradigmas e atendendo a diversidade humana com ajuda de recursos materiais e financeiros.

O grande desafio está em criar uma homogeneidade na questão da inclusão, onde todos falem a mesma língua, nas questões de ensino-aprendizagem.

A inclusão não consiste apenas em inserir este aluno numa classe e esperar que o professor saiba trabalhar com ele, incluir é acreditar no potencial deste aluno, investir na formação e especialização desse professor, criar desafios e ajudá-lo a superá-los e por fim estar aberto as mudanças de nosso novo tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARAÚJO, U. F. Temas transversais e a

estratégia de projetos. São Paulo: Moderna, 2003.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2/01 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação

Técnica. Referencial sobre avaliação da aprendizagem de alunos com necessidades Educacionais especiais. / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2007.

CABRAL, A.; NICK, E. Dicionário técnico de Psicologia. 13ª ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

COLL, Cesar, MARCHESI, Álvaro, PALÁCIOS, JESUS, Desenvolvimento psicológico e educação. Volume 3, 2a Ed, Porto Alegre, Artmed, 2004. COLLARES, C. A. L.; MOYSES, M. A. A. "Inteligência Abstraída, Crianças Silenciadas: as Avaliações de Inteligência" In: Psicol. USP. São Paulo, v. 8, n. 1, 1997.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico: a patologização da Educação. Série Ideias, nº 23. São Paulo: FDE, 1994, p. 25-31.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, C.; BARBOSA, A. "Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral:

atitudes de professores do ensino fundamental" In: Rev. bras. educ. espec.

Marília, v. 12, n. 1, Apr. 2006.

LIMA, L. P. Prática de Psicologia Moderna: Saúde Física e Psíquica. Vol. 5. Rio

de janeiro: Editora Honor, 1971.

LODI, L. H.; ARAÚJO, U. F. "Ética, cidadania e educação: escola, democracia e cidadania" In: Ética e cidadania : construindo valores na escola e na sociedade.

Secretaria da Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da educação, 2007, p. 67-76.

MAIA, C. M. "Dificuldade de ou na aprendizagem? Algumas problematizações. Ciências e Conhecimento" in: Revista Eletrônica da ULBRA São Jerônimo, vol. 01, 2007.

MANHANI, L. P. S. et al. "Uma caracterização sobre distúrbios de aprendizagem" In: Revista de Psicopedagogia, ABPp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas, 5a edição, São Paulo, Cortez Editora, 2005.

MICHELS, M. H. "Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar" In: Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, Dec. 2006.

SANT'ANA, I. M. "Educação inclusiva: concepções de professores e diretores" In: Psicol. estud. Maringá, v. 10, n. 2, Aug. 2005.

SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, D. Metodologia Científica. São Paulo: Futura, 1998.

SASSAKI, R. Kazumi, Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 5a ed. Cidade: Rio de Janeiro, Editora WVA, 1997.